

Assinatura

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
20 DE ABRIL DE 2026
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO
N.º 03/2026

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente – Fernando Eirão Queiroga; Paulo Sérgio Pereira Aleixo; Fátima Andreia Ferreira Gonçalves. _____

PRESENCAS: Rui Miguel Reis Pascoal; Carlos Alberto Soares Alves; Dinis Vilela Sousa; Luís Alexandre Pereira Lopes; José Miguel Afonso Fernandes; Carlos Alberto Dias Cadime; Leandro Amorim Pereira; Susana de Lurdes Reis Costa; Maria Isabel Pereira da Silva Cabral; João Miguel Gonçalves Vieira; Nuno Miguel Duarte Teixeira; Carla Sofia Fernandes Navalha; Sílvio Rua Pereira; Paulo Couto Costa; António Garcia Barroso; Rita Martins Dias da Mó; António Paulo Pereira Sanches; Alexandre Miguel Pires dos Santos; Profetina da Conceição Alves Barros; José Luís Lopes Domingues. _____

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Odete Cristina Queiroga Moreira. _____

SECRETARIOU: José Carlos Monteiro da Silva, Chefe da UM - Gabinete de Apoio às Freguesias. _____

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: António Guilherme Forte Leres Pires, Presidente da Câmara Municipal; Isabel Cristina Gomes Torres, Vice-Presidente; Paulo Miguel Gonçalves Pereira, Hélio Romeu Monteiro Martins, Julieta de Lima Brás Adegas, Vereadores. _____

HORA DE ABERTURA: 10.00 horas. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

1.1 Aprovação da ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2025; _____

1.2 Assuntos de interesse municipal nos termos do Regimento; _____

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

2.1 Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei / Apreciação; _____

2.2 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Alturas do Barroso e Cerdedo / Aprovação; _____

2.3 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Ardãos e Bobadela / Aprovação; _____

2.4 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Beça / Aprovação; _____

2.5 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Boticas e Granja / Aprovação; _____

2.6 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega / Aprovação; _____

2.7 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Covas do Barroso / Aprovação; _____

2.8 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Dornelas / Aprovação; _____

2.9 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Pinho / Aprovação; _____

2.10 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de e Sapiãos /Aprovação; _____

2.11 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro / Aprovação; _____

2.12 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – PPR / Relatório Anual; _____

2.13 Relatório de Gestão e Contas 2025 / Apreciação e Votação. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

1.1 Aprovação da ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2026; _

Uma vez que a proposta da ata foi previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura. De seguida foi colocada a ata de 24 de fevereiro de 2026 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

duar

1.2 Assuntos de interesse municipal nos termos do Regimento;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que iniciou a sua intervenção, tendo salientado, designadamente, o seguinte: "relativamente à ponte de Veral, tema recorrente nas reuniões da Assembleia Municipal, o processo se encontrava, até há pouco tempo, com alguns constrangimentos. Contudo, com o contributo do Senhor Deputado, Fernando Queiroga, foi possível agendar uma reunião com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Tiago Santos Palha, a qual se encontra já em fase de preparação, com vista à análise da situação. Mais referiu que existe a expectativa de que, através deste contacto institucional, seja possível alcançar uma solução favorável para a resolução do problema. Referiu, igualmente, que o Município subscreveu uma carta de intenções de apoio ao Instituto Politécnico de Bragança, no âmbito da sua pretensão de evolução para universidade. Esclareceu que, no contexto desse processo, foi solicitada aos municípios uma declaração de apoio institucional "carta de conforto", tendo o Município prontamente manifestado a sua disponibilidade para esse efeito, assumindo uma posição favorável à concretização desse objetivo estratégico. No que concerne à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e à proposta de criação de uma Faculdade de Medicina em Vila Real, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município irá celebrar um protocolo de colaboração com aquela instituição, com vista ao reforço do referido projeto. Mais informou que, no âmbito dessa parceria, está prevista a deslocação ao concelho de estudantes de medicina, com o objetivo de promover o contacto direto com o Centro de Saúde local e com a realidade territorial. Acrescentou, ainda, que o Município recebeu recentemente a iniciativa "Missão País", tendo os estudantes de medicina manifestado elevado grau de satisfação com a experiência no concelho. Referiu que esta iniciativa tem a duração de três anos, estando prevista a continuidade da presença destes estudantes nos próximos anos, tendo os mesmos demonstrado interesse em regressar com maior frequência. Referiu, ainda, que o Senhor Bispo de Vila Real,

tem efetuado diversas visitas ao Concelho, no âmbito das celebrações do Crisma e de outras iniciativas pastorais. Esclareceu que, na sequência da oferta de uma obra alusiva ao património local, o referido prelado manifestou particular interesse pelo património religioso do Concelho, passando a antecipar a sua deslocação, nomeadamente chegando com um dia de antecedência às celebrações do Crisma, com o propósito de visitar capelas e igrejas do território. Mais referiu que foram dirigidos elogios ao apoio prestado pelas entidades locais, designadamente pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal. Por fim, salientou que o património existente no Concelho não se circunscreve à sua dimensão religiosa, assumindo igualmente natureza cultural, constituindo um elemento identitário de que a comunidade se orgulha. Referiu, igualmente, a cerimónia de inauguração das obras de requalificação do Centro de Saúde de Boticas, que contou com a presença da Senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins. Destacou que, na ocasião, a referida governante elogiou as instalações intervencionadas, bem como a vila de Boticas, salientando o seu estado de conservação, limpeza e cuidado urbano. Acrescentou que foi reconhecida a qualidade da sede de Concelho, tendo sido sublinhado tratar-se de um espaço de que todos os munícipes devem orgulhar-se. Referiu, ainda, as iniciativas realizadas no âmbito do Carnaval e da "Páscoa Viva", tendo dirigido uma palavra de reconhecimento à Mais Boticas pela organização dos referidos eventos, que considerou de elevada qualidade. Endereçou, igualmente, agradecimentos às Juntas de Freguesia pela participação nas iniciativas e pelo trabalho desenvolvido desde o início do respetivo mandato, destacando o espírito de cooperação institucional mantido com a Câmara Municipal de Boticas. Por fim, salientou a dinâmica evidenciada pelas Freguesias, sublinhando, ainda assim, a importância de uma gestão equilibrada do ritmo de execução das atividades ao longo do mandato. Referiu, igualmente, uma palavra de reconhecimento aos Bombeiros Voluntários de Boticas pela forma como têm respondido às ocorrências de incêndio. Salientou que, apesar de já se terem verificado diversos focos, os mesmos não evoluíram para situações de maior

Handwritten signature

gravidade, o que atribuiu à intervenção célere e eficaz daquela corporação. Por fim, dirigiu-lhes felicitações pelo trabalho desenvolvido. Referiu, ainda, que, atendendo ao crescente nível de exigência e responsabilidade inerente à gestão das freguesias, se torna cada vez mais complexo o exercício dessas funções. Nesse sentido, destacou que o Município procedeu ao reforço do Gabinete de Apoio às Freguesias, mediante a integração de mais de duas colaboradoras, com o objetivo de assegurar um apoio técnico mais próximo, consistente e qualificado. Sublinhou que este reforço visa garantir que as Juntas de Freguesia disponham das condições necessárias para a tomada de decisões e para a correta tramitação dos procedimentos administrativos, promovendo maior segurança, confiança e eficácia na sua atuação.

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da Lei / Apreciação;

Neste ponto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou abertas as inscrições para uso da palavra, tendo-se inscrito apenas o Senhor Paulo Sérgio Pereira Aleixo, a quem foi concedida a palavra de imediato. Assim, usou da palavra o Senhor Paulo Sérgio Pereira Aleixo, que, após cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, na pessoa do respetivo Presidente, bem como o Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, referiu o seguinte: "Agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente à Mais Boticas, entidade que preside, salientando que a atuação da mesma se pauta pelo cumprimento dos seus objetivos, designadamente a cooperação com o Município e a promoção do concelho, com vista à sua valorização e projeção. Prosseguiu a sua intervenção, referindo que a Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, objeto de apreciação na presente sessão, traduz de forma clara a dinâmica do Município, evidenciando uma intervenção consistente e abrangente em diversas áreas de atuação. Sublinhou que o referido documento demonstra, acima de tudo, uma gestão ativa, próxima

e orientada para resultados, refletida na continuidade das políticas públicas prosseguidas em anos anteriores, na execução de projetos e na presença constante no território. Referiu que se verifica uma atuação equilibrada entre áreas fundamentais, designadamente a ação social, a educação, a cultura, o ambiente, as obras municipais e o apoio às freguesias, evidenciando uma abordagem integrada ao desenvolvimento do Concelho. Destacou, de forma global, a capacidade de concretização do Município, não apenas ao nível da execução de iniciativas, mas também na articulação com entidades externas, na participação em projetos e na captação de oportunidades de financiamento. Acrescentou que é igualmente evidente a preocupação com a qualidade de vida das populações, através de uma intervenção próxima das famílias, das instituições e dos agentes locais, bem como o investimento contínuo na melhoria de infraestruturas, serviços e equipamentos. Em síntese, referiu que a Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal reflete um trabalho consistente, estruturado e com impacto real no concelho, evidenciando um Município presente, funcional e comprometido com o seu desenvolvimento. Considerou, por isso, relevante reconhecer o trabalho desenvolvido e valorizar a continuidade de uma atuação responsável, orientada para o interesse público. Aproveitou, ainda, para felicitar o Município pelo apoio prestado às Juntas de Freguesia, cuja matéria será objeto de apreciação e deliberação na presente sessão. Concluiu a sua intervenção agradecendo a atenção dispensada.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção anterior e concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. No uso da palavra, e no âmbito do presente ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os membros do Executivo, sublinhando a responsabilidade partilhada de todos os Vereadores na gestão municipal. Relativamente à informação escrita sobre a atividade do Município, referiu que optaria por destacar os aspetos mais relevantes, designadamente as obras de eficiência energética nos armazéns municipais, já concluídas, as obras de

Handwritten signature

eficiência energética no edifício da Câmara Municipal de Boticas, em execução, a requalificação da envolvente à Estrada 312, em fase de conclusão, a requalificação da Rua Doutor João Chaves, em curso, a requalificação do Estádio Municipal de Boticas, em fase de conclusão, a requalificação do espaço público do Pereiro, em fase de conclusão, a requalificação da envolvente ao Centro de Saúde, em fase de adjudicação, a requalificação das piscinas municipais, em fase de conclusão e a requalificação do Piso 1 do edifício do Espaço do Concelho de Boticas, também em fase de conclusão. Mais referiu que se encontram em fase de elaboração a requalificação do Piso 0 do edifício do Espaço do Concelho, a requalificação da Praça do Município, a requalificação do espaço público da vila de Boticas, incluindo o Jardim do Toural, e a ampliação do Multiusos de Boticas. O Senhor Presidente salientou que estas constituem as intervenções de maior relevância, não se detendo sobre outras por serem já do conhecimento geral, tendo ainda aproveitado o momento para dirigir uma palavra de reconhecimento às Juntas de Freguesia, destacando o trabalho que têm vindo a desenvolver, nomeadamente ao nível da construção e requalificação de espaços, considerando que tais intervenções representam contributos relevantes para o desenvolvimento do Concelho.

2.2 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Alturas do Barroso e Cerdedo / Aprovação;

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Alturas do Barroso e Cerdedo" sido aprovado por unanimidade.

2.3 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Ardãos e Bobadela / Aprovação;

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Ardãos e Bobadela", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.4 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Beça / Aprovação; _____

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Beça", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. _____

2.5 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Boticas e Granja/Aprovação; _____

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Boticas e Granja", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. .

2.6 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Codessoso, Curros e Fiães do Tâmega / Aprovação; _____

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto

[Handwritten signature]

ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Codessos, Curros e Fiães do Tâmega", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.7 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Covas do Barroso / Aprovação;

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Covas do Barroso", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.8 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Dornelas / Aprovação;

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Dornelas", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.9 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Pinho / Aprovação;

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se

algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o “Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Pinho”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade._____

2.10 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de e Sapiãos /Aprovação;_____

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o “Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de “Vilar e Viveiro”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.____

2.11 Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro / Aprovação;_____

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, fazendo referência ao facto de a documentação relativa ao assunto ter sido previamente remetida aos membros da Assembleia, e questionou se algum dos presentes pretendia formular questões, pedidos de esclarecimento ou observações. Não se tendo registado quaisquer intervenções, o ponto foi submetido a votação, tendo o “Acordo de Atribuição de Subsídio / Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.____

2.12 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – PPR / Relatório Anual;_____

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitado a palavra. No uso da mesma, começou por referir que se trata de um ponto recorrente, de natureza anual, salientando que o Município apresenta bons indicadores no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações

Uei'oy

Conexas. Acrescentou que existe uma auditoria externa que procede à avaliação dos riscos, contribuindo para a elaboração do respetivo relatório, o qual foi previamente disponibilizado aos membros da Assembleia. Referiu ainda que, conforme resulta do documento, a generalidade das situações se encontra classificada como de baixo risco ("verde"), existindo, contudo, algumas classificações intermédias ("laranja"), não por insuficiência dos serviços, mas pela natureza intrinsecamente sensível de determinadas funções, exemplificando com funções que envolvem manuseamento de valores, como as exercidas por tesoureiros, as quais, pela sua própria natureza, implicam maior exposição ao risco e, consequentemente, exigem um nível acrescido de controlo e atenção. Concluiu a sua intervenção, não tendo sido acrescentados outros elementos. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados e questionou se mais algum membro pretendia usar da palavra, não se tendo registado quaisquer intervenções, pelo que se passou de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

2.13 Relatório de Gestão e Contas 2025 / Apreciação e Votação.

Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para uso da palavra, tendo-se inscrito o Senhor Paulo Sérgio Pereira Aleixo. No uso da palavra, este iniciou a sua intervenção referindo tratar-se de uma matéria que lhe é habitual, começando por agradecer, em nome da bancada do PSD, a aprovação por unanimidade dos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia. Prosseguiu, salientando que os dados constantes do relatório evidenciam que o orçamento de 2025 foi elaborado com rigor e prudência, destacando que, nesse ano, a receita total arrecadada ascendeu a 24.475.555,15€, incluindo parte do saldo de gerência de 2024, integrado no orçamento através de revisão orçamental, enquanto a despesa total se cifrou em 15.109.870,97€. Referiu ainda que a taxa de execução da receita foi de 95,3% e a da despesa de 58,8%, evidenciando, em particular, a elevada execução das receitas correntes (97,1%), face a uma execução das despesas correntes de 69,3%, o que, no seu entendimento,

demonstra um adequado grau de cumprimento das previsões orçamentais. No que respeita à composição da execução orçamental, destacou os seguintes indicadores: receitas correntes com uma taxa de execução de 97,1%, receitas de capital de 83,5% e receita total de 95,3%; quanto à despesa, referiu uma execução de 69,3% nas despesas correntes, 44,3% nas despesas de capital e 58,8% no total da despesa. Acrescentou que, no ano de 2025, foram novamente assumidas como prioritárias as políticas com impacto na vitalidade económica e social do concelho, salientando que as funções sociais, abrangendo ação social, educação, cultura, desporto, proteção do ambiente, saneamento, abastecimento de água e resíduos, absorveram mais de 4,5 milhões de euros das Grandes Opções do Plano (PPI e PAM), evidenciando a aposta do Executivo nestas áreas. Referiu ainda que o Município transitou para o ano seguinte com um saldo orçamental superior a 9,4 milhões de euros, representando um aumento de mais de 1,5 milhões de euros face a 2024, explicando que o saldo de gerência final resulta da soma do saldo inicial com as receitas arrecadadas, deduzidos os pagamentos efetuados no período. Neste contexto, considerou que a sustentabilidade financeira alcançada reflete o rigor na gestão e controlo da despesa municipal. Destacou igualmente que, em 2025, se registou uma poupança corrente efetiva de 2.112.702,30€, resultante da diferença entre receitas correntes e despesas correntes, sublinhando que este equilíbrio orçamental evidencia a capacidade do Município para financiar o funcionamento corrente com recursos próprios, libertando meios para investimento. Sublinhou também o prazo médio de pagamento a fornecedores, que se situou em cerca de quinze dias no quarto trimestre de 2025, evidenciando o papel do Município como entidade cumpridora e dinamizadora da economia local. Acrescentou que, no mesmo ano, foram transferidos mais de 2,4 milhões de euros para associações, coletividades e Juntas de Freguesia, contribuindo para a concretização de iniciativas e melhoria das condições de trabalho dessas entidades, bem como para a qualidade de vida da população. Referiu ainda que o resultado líquido do exercício foi positivo, no

Uva 10/10

montante de 674.354,59€, traduzindo uma situação económico-financeira equilibrada, refletindo uma gestão eficiente, capacidade de planeamento e possibilidade de reinvestimento em projetos municipais ou amortização de responsabilidades. Concluiu, em síntese, que o trabalho desenvolvido contribuiu para a melhoria dos níveis de bem-estar da população do Concelho, destacando, entre outros aspetos, a promoção de um ambiente fiscal favorável ao investimento, o reforço das políticas sociais, o apoio às famílias e às crianças, o investimento na educação e nos equipamentos escolares, a valorização cultural e territorial, a requalificação urbana, o apoio às atividades económicas locais, a atração de investimento e a proximidade dos serviços aos cidadãos, bem como a manutenção do equilíbrio e da solidez das contas municipais. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do membro Paulo Sérgio Pereira Aleixo e o contributo apresentado para a análise do ponto em apreciação.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre o ponto em apreciação, o mesmo iniciou a sua intervenção agradecendo, em primeiro lugar, as palavras e a análise efetuada pelo Senhor Presidente do Grupo Municipal do PSD. Referiu que os principais indicadores já haviam sido devidamente apresentados, optando por uma intervenção mais sintética, salientando que a execução orçamental de 2025 evidencia uma receita total de 24,48 milhões de euros e uma despesa de 15,11 milhões de euros, o que se traduz num resultado positivo, revelador de um adequado cumprimento das previsões e de um controlo eficaz da despesa, bem como de uma gestão orçamental rigorosa. No que respeita à situação financeira, destacou a existência de um saldo orçamental positivo de 9,4 milhões de euros e de uma poupança corrente de 2,11 milhões de euros, que contribuíram para um resultado líquido do exercício de aproximadamente 674 mil euros, refletindo, no seu entendimento, uma situação de equilíbrio financeiro, gestão eficiente e capacidade de investimento futuro. Relativamente às prioridades de investimento, sublinhou a forte aposta nas funções sociais, referindo que foram investidos mais de 4,5 milhões de euros em

áreas como a ação social, educação, cultura, desporto, ambiente e serviços básicos, bem como transferidos mais de 2,4 milhões de euros para Juntas de Freguesia, associações e demais instituições do concelho. No domínio da gestão e dinamização da economia local, destacou o prazo médio de pagamento a fornecedores, situado em cerca de 15 dias, evidenciando o compromisso do Município enquanto entidade cumpridora e promotora da atividade económica local. Quanto ao impacto das políticas implementadas, referiu que estas contribuíram para o desenvolvimento económico e social do Concelho, designadamente através do apoio às famílias, jovens e idosos, da melhoria das condições na área da educação e dos equipamentos, da valorização cultural e territorial, da promoção do investimento e do emprego, da aproximação dos serviços aos cidadãos e do apoio às atividades económicas locais, nomeadamente agricultura e outras áreas produtivas, com reflexos positivos na qualidade de vida da população. Concluiu a sua intervenção afirmando que o ano de 2025 evidencia uma gestão financeira sólida, equilibrada e eficiente, com capacidade de investimento e forte orientação para o bem-estar da população e para o desenvolvimento do Concelho, referindo ainda, em tom de nota final, que os resultados alcançados são frequentemente reconhecidos por entidades externas, sendo expressão de uma prática consolidada de rigor na gestão municipal, que, assegurou, continuará a ser prosseguida. _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra e questionou os membros quanto à intenção de intervir, não se tendo registado quaisquer intervenções. De seguida, o ponto foi submetido a votação, tendo o "Relatório de Gestão e Contas 2025" sido aprovado por unanimidade dos membros presentes. _

Encerramento da Reunião e Aprovação da Minuta da Ata. _____

Terminados os trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou, nos termos do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando a necessidade da eficácia das deliberações tomadas, submeter à aprovação em minuta, a ata da presente sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade,

a qual vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Eirão Queiroga, e por mim, José Carlos Monteiro da Silva, que a elaborei. Declarou encerrada a reunião eram 10:40 horas.


